

Congresso exige adoção de política pré-escolar

Porto Alegre — Os cerca de dois mil participantes do VI Congresso Brasileiro de Educação Pré-escolar — entre professores, pediatras, psicólogos, psiquiatras, nutricionistas e estudantes — aprovaram hoje, em sessão plenária, um documento a ser entregue ao presidente eleito Tancredo Neves e aos governadores, prefeitos e parlamentares, reivindicando a implantação de uma "Política nacional para a infância", que encaminhe soluções para os gravíssimos problemas da maior parte das crianças brasileiras.

O documento, já elaborado previamente e que hoje será aprovado com alguns acréscimos, resultantes dos seis dias de debates do Congresso, ressalta que há no Brasil 24 milhões de crianças com menos de sete anos, dentro, portanto, da faixa de idade pré-escolar. Dez milhões delas estão na faixa de quatro a seis anos e apenas 2,6 milhões tem atendimento pré-escolar. Na faixa de zero a três anos são 14 milhões de crianças, das quais somente 500 mil estão em instituições pré-escolares.

Mais de metade dessas crianças (53,4%) são desnutridas — 37,7% com desnutrição de 1º grau; 13,2% de 2º grau; e 2,5% de 3º grau, ou seja, a faixa em que há riscos de vida imediatos. De cada mil crianças brasileiras que nascem com vida, 70 morrem no primeiro ano — número que aumenta para 120 na região Nordestina. Em países como a Suécia, somente sete entre cada mil crianças nascidas com vida morrem no primeiro ano.

O presidente do Comitê Nacional Brasileiro da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP), professor Vital Didonet, afirmou serem insignificantes os recursos destinados pelo governo federal, através do Ministério da Educação e Cultura, ao atendimento da criança de zero a seis anos. Para este ano, estão previstos apenas Cr\$ 80 bilhões, sendo que menos de Cr\$ 300 milhões oriundos do próprio orçamento do Tesouro Nacional — a quase totalidade vira do Finsocial.

Ressaltando que as crianças entre zero a seis anos de idade representam cerca de 20% da população brasileira, Didonet asseverou ser inaceitável que não haja uma política governamental

definida para o seu atendimento. Observou o paradoxo de que o novo Código Penal determina que os presidiários têm o direito de receber quatro refeições por dia, com balanceamento orientado por um nutricionista, além de uma hora diária de lazer. "Quantas crianças brasileiras podem fazer quatro refeições por dia, e ainda mais orientadas por nutricionistas, quando sabemos que 70% delas são de famílias com renda mensal de até dois salários-mínimos?", indagou o presidente da OMEP.

No documento reivindicatório da implantação de uma política nacional para a infância, os participantes do VI Congresso de Educação Pré-Escolar — que se desenvolve desde o dia 21. na Universidade Federal do Rio Grande do Sul — afirmam que esta política deve contemplar "integralmente as áreas de saúde, educação, alimentação e assistência, preocupando-se com a criança no seu contexto familiar, social e cultural". Lamentando que as ações governamentais, até hoje, "têm sido tímidas ou instáveis, e setoriais", requerendo-se "uma decisão permanente e conjugada com diversos setores, para ser eficaz no tempo, mudando verdadeiramente o panorama brasileiro da realidade da criança", eles frisam ser necessária a criação de um órgão central para coordenação da Política Nacional para a Infância.

Entre vários outros itens, o documento básico das conclusões do congresso, destaca que "os objetivos do setor de educação deverão se desenvolver nas crianças, de acordo com sua idade, o espírito crítico, a autonomia, uma auto-imagem positiva, a autoconfiança, crença e experiências de seu poder criador, a capacidade de expressão corporal, artística e verbal, a socialização, o poder do pensamento. Nunca domesticá-las ou torná-las submissas. Promover, em cada comunidade, bairro, cidade e município, no Estado e no país, o conhecimento sobre a criança e a situação em que vive. Esses conhecimentos devem ser divulgados para outras comunidades, outros bairros, outros municípios e outros estados, como forma de estímulo mútuo e intercâmbio de conhecimentos".